

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2025.**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	8
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	9
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos do curtailment

Durante o exercício, a Companhia operou normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	Projeto	MWh programados	MWh gerados	MWh cortados	% corte (ii)	Receita bruta sem <i>Curtailment</i> (R\$) (i)	(-) <i>Curtailment</i> (R\$) (i)	Receita bruta com <i>Curtailment</i> (R\$) (i)
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	112.416	81.422	30.994	27,57%	17.516	(5.222)	22.738
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	112.056	81.162	30.894	27,57%	17.426	(5.205)	22.738
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	112.336	81.364	30.972	27,57%	17.319	(5.218)	22.537
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	36.726	26.600	10.125	27,57%	5.796	(1.706)	7.502
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	244.189	165.600	81.160	33,23%	25.752	(17.824)	43.576
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	251.147	167.674	83.473	33,23%	26.969	(18.332)	45.301
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	250.895	167.506	83.389	33,23%	25.878	(18.312)	44.190
Total:		1.119.765	771.328	351.007	30,00%	136.656	(71.819)	208.582

- (i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas diretas da companhia, no qual, a venda é integralmente destinada a Companhia.
(ii) Refere-se a média dos cortes

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta foi de 1%, inferior ao percentual de corte energético (42,01%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, conforme nota explicativa nº 18, haja visto que os efeitos de *constrained-off* superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, no julgamento da Companhia, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Companhia terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração da Companhia, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração da Companhia adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

O valor estimado acumulado de compensação até dezembro de 2025 está apresentado a seguir:

Período	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório
2025	Sim	705	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.3, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Companhia, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora GIP Helios II S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 27 de março de 2026.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Caixa e equivalentes de caixa	8	43.753	36.565	81.680	76.619	Fornecedores	14	30	44	30.388	59.657
Contas a receber	9	-	-	46.554	87.061	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	2	2
Impostos a recuperar		1	1	842	175	Imposto de renda e contribuição social	22	21	760	2.219	2.761
Imposto de renda e contribuição social		1.019	13	12.189	3.173	Obrigações fiscais		22	16	1.302	2.588
Adiantamento a fornecedores		1	-	72	43	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	77.159	89.608
Despesas antecipadas		-	-	2.791	2.082	Dividendos a pagar	23	-	-	184	175
Dividendos a receber	23	7.024	6.739	-	-	Passivo de arrendamentos	11	-	-	51	45
Contas a receber - venda de participações societárias	1.3	38	6.446	38	6.446	Outras contas a pagar	14	30.000	30.000	39.146	38.905
Outras contas a receber		-	-	-	1.003						
Total do ativo circulante		51.836	49.764	144.166	176.602	Total do passivo circulante		30.073	30.820	150.451	193.741
Contas a receber - venda de participações societárias	1.3	12.689	14.279	12.689	14.279	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	778.554	939.704
Tributos diferidos	22	-	-	18.792	56.400	Provisão para desmobilização	16	-	-	33.392	30.001
Investimentos em controladas	10	925.861	859.695	-	-	Passivo de arrendamentos	11	-	-	9.545	9.596
Direito de uso	11	-	-	8.744	9.068	Tributos diferidos	22	2.375	2.375	2.375	2.375
Imobilizado	12	-	-	1.712.811	1.765.663						
Intangível	13	-	-	49.707	51.565	Total do passivo não circulante		2.375	2.375	823.866	981.676
Total do ativo não circulante		938.550	873.974	1.802.743	1.896.975	Patrimônio líquido	17				
						Capital social		1.030.725	989.881	1.030.725	989.881
						Adiantamento para futuro aumento de capital		-	19.144	-	19.144
						Hedge de fluxo de caixa		(39.985)	(108.040)	(39.985)	(108.040)
						Prejuízos acumulados		(32.802)	(10.442)	(32.802)	(10.442)
						Total do patrimônio líquido		957.938	890.543	957.938	890.543
						Participação de não controladores		-	-	14.654	7.617
Total do ativo		990.386	923.738	1.946.909	2.073.577	Total do passivo e patrimônio líquido		990.386	923.738	1.946.909	2.073.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	18	-	-	486.405	478.179
Custos de operação	19	-	-	(409.004)	(334.677)
Lucro bruto		-	-	77.401	143.502
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(721)	(601)	(11.719)	(4.899)
Outras receitas operacionais	20	2	12.883	(3.270)	8.198
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(719)	12.282	62.412	146.801
Receitas financeiras	21	4.984	8.365	6.390	19.554
Despesas financeiras	21	(2.336)	(37)	(89.335)	(84.496)
Resultado financeiro líquido		2.648	8.328	(82.945)	(64.942)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(27.327)	50.735	-	-
Resultado antes dos impostos		(25.398)	71.345	(20.533)	81.859
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	(2.375)	-	(2.375)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(984)	(1.502)	(6.097)	(11.301)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		(26.382)	67.468	(26.630)	68.183
Atribuível aos:					
Acionistas controladores:		(26.382)	67.468	(26.382)	67.468
Acionistas não controladores:		-	-	(248)	715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	<u>(26.382)</u>	<u>67.468</u>	<u>(26.630)</u>	<u>68.183</u>
Hedge de fluxo de caixa	<u>72.077</u>	<u>(156.832)</u>	<u>72.077</u>	<u>(156.832)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>45.695</u>	<u>(89.364)</u>	<u>45.447</u>	<u>(88.649)</u>
Atribuível aos:				
Acionistas controladores:	45.695	(89.364)	45.695	(89.364)
Acionistas não controladores:	-	-	(248)	715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

			Outros resultados abrangentes					
	Nota	Capital subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de hedge	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		989.881	-	48.792	(77.910)	960.763	-	960.763
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.b	-	19.144	-	-	19.144	-	19.144
Venda de participação societária	1.3	-	-	-	-	-	8.198	8.198
Hedge de fluxo de caixa	17.c	-	-	(156.832)	-	(156.832)	(1.121)	(157.953)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	67.468	67.468	715	68.183
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(175)	(175)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		989.881	19.144	(108.040)	(10.442)	890.543	7.617	898.160
Subscrição e integralização de capital	17.a	19.144	(19.144)	-	-	-	7.410	7.410
Integralização de capital	17.a	21.700	-	-	-	21.700	-	21.700
Hedge de fluxo de caixa	17.c	-	-	72.077	-	72.077	(125)	71.952
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(26.382)	(26.382)	(248)	(26.630)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.030.725	-	(35.963)	(36.824)	957.938	14.654	972.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(25.398)	71.345	(20.533)	81.859
Ajustes para reconciliar o resultado do período com os recursos das atividades operacionais:					
Depreciação	12	-	-	57.793	59.132
Amortização do custo da desmobilização	12	-	-	1.014	4.013
Amortização do direito de uso	11	-	-	324	324
Amortização do intangível	13	-	-	1.858	1.858
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	-	-	63.371	66.839
Custo de captação apropriado ao resultado	15	-	-	6.316	6.637
Correção monetária da provisão para desmobilização	16	-	-	3.391	5.287
Juros sobre arrendamentos	11	-	-	1.153	1.164
Atualização da provisão para desmobilização	19	-	-	-	(24.940)
Resultado de equivalência patrimonial	10	27.327	(50.735)	-	-
Variação cambial	15	720	674	(312)	(9.602)
Alienação de participação societária	2 e 20	-	(12.882)	(825)	(12.882)
Contingências	25	-	-	-	(369)
Baixa de imobilizado	12	-	-	3.253	6.098
Prejuízo ajustado		2.649	8.402	116.803	185.418
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		1.590	-	42.097	(53.847)
Impostos a recuperar		-	(1)	(667)	946
Impostos de renda a recuperar		(1.006)	472	(9.007)	1.380
Adiantamento a fornecedores		(1)	-	(29)	3.044
Despesas antecipadas		-	-	(709)	739
Outras contas a receber		-	-	1.003	(943)
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		(14)	(195)	(29.269)	30.349
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	(1)
Dividendos a pagar		-	-	-	175
Obrigações fiscais		6	6	(1.286)	523
Outras contas a pagar		-	(40)	242	6.088
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.224	8.644	119.178	173.871
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(63.551)	(67.704)
Pagamento de juros de arrendamentos	11	-	-	(1.153)	(1.164)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	22	(1.723)	(742)	(6.639)	(9.900)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.501	7.902	47.835	95.103
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em investidas	10	(21.700)	(19.144)	-	-
Contas a receber - venda de participações societárias	1.3	5.687	-	12.880	-
Aquisição de ativo imobilizado	12	-	-	(9.207)	(15.019)
Transferência de ativos por meio de cessão onerosa		-	-	-	1.833
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimento		(16.013)	(19.144)	3.673	(13.186)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	15	-	-	(68.102)	(89.302)
Custo de captação empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	(432)
Pagamento de arrendamentos (principal)	11	-	-	(45)	(40)
Integralização de capital	17.a	21.700	19.144	21.700	19.144
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividade de financiamento		21.700	19.144	(46.447)	(70.630)
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		7.188	7.902	5.061	11.287
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	36.565	28.663	76.619	65.332
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	43.753	36.565	81.680	76.619
		7.188	7.902	5.061	11.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma holding constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, na cidade Monções, estado de São Paulo.

A Companhia tem como controladora direta é o GIP Helios II S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia foi constituída em 04 de março de 2020, e lhe foi transferida em 22 de junho de 2020 o controle dos investimentos da Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. e Atlas Casablanca Holding S.A. As movimentações dos investimentos em suas controladas podem ser observadas na nota explicativa nº 10.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas do Grupo abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica através dos investimentos nas Companhias citadas acima, detentora dos complexos Jacarandá e Casablanca, conforme apresentados abaixo:

<u>Complexo</u>	<u>Companhia</u>
Jacarandá (a)	Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda
Casablanca (b)	Atlas Casablanca Holding S.A.
Casablanca (b)	Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A
Casablanca (b)	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.
Casablanca (b)	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.
Casablanca (b)	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

- (a) O complexo iniciou em 2021 o fornecimento médio anual de 350,4 GWh para atender prioritariamente a Grupo Dow Brasil pelo prazo de 15 anos. Para o ano de 2025 e 2024 o Grupo adquiriu a energia necessária para honrar o compromisso acima citado.
- (b) O complexo Casablanca prevê o fornecimento médio anual de mais de 728,8 GWh para atender prioritariamente a Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., durante o prazo de 15 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2036. Em 2025 a Companhia iniciou também o atendimento ao contrato de fornecimento junto à Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. como autoprodutora, com vigência até 31 de dezembro de 2034.

1.1 Curtailment

As controladas indiretas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de

- transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativos da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

1.2 Autorizações para exploração

As controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Controlada</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Início de operação comercial</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Condição</i>
UFV Juazeiro V	<i>Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE LTDA.</i>	17/12/2019 a 17/12/2054	47	10/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VI	<i>Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE LTDA.</i>	17/12/2019 a 17/12/2054	47	12/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VII	<i>Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE LTDA.</i>	17/12/2019 a 17/12/2054	47	11/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VIII	<i>Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE LTDA.</i>	17/12/2019 a 17/12/2054	15	11/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Lar do Sol VII	<i>Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.</i>	09/04/2019 a 09/03/2054	99	07/2022	ACL	MG	Operacional
UFV Lar do Sol VIII							
UFV Lar do Sol IX	<i>Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.</i>	09/04/2019 a 09/03/2054	99	07/2022	ACL	MG	Operacional
UFV Lar do Sol X							
UFV Lar do Sol I	<i>Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.</i>	09/04/2019 a 09/03/2054	99	07/2022	ACL	MG	Operacional
UFV Lar do Sol II							

As controladas indiretas terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com suas controladoras, conforme quadro societário apresentado na nota explicativa nº 2, bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme informado na nota explicativa nº 1.

1.3 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

O Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado negativo em 2025 de R\$ 6.285 (R\$ 17.139 em 31 de dezembro de 2024), prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 26.382 (lucro de R\$ 67.468 em 31 de dezembro de 2024). Também, apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 47.835 (R\$ 95.103 em 31 de dezembro de 2024). Os prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2025 são de R\$ 36.824 (R\$ 10.442 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a Acionista do Grupo poderá transferir recursos de outras partes relacionadas, todas sob o mesmo controle, de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e suas controladas. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.4 Alienação de participação societária

a) Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

Em 28 de fevereiro de 2025 a investida da Companhia Atlas Casablanca Holding S.A., firmou contrato de compra e vendas de ações da investida Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. com a Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda., correspondente a venda de 1% das ações deste investimento. O valor da venda foi de R\$ 7.193 e foi totalmente recebido em 10 dezembro de 2025, conforme acordado no contrato de compra e venda de ações. Seguem os montantes na data do evento, ocorridos em 28 de fevereiro de 2025.

	Atas Casablanca Comercializadora Alienação de 1% das ações
Receita na venda de participações societária (i)	7.193
Custo da participação nas investidas	(6.367)
Lucro na venda de participação societária	825
i. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.	

Em 09 de setembro de 2025 a investida Atlas Casablanca Holding S.A. subscreveu e integralizou o montante de R\$ 21.700 no capital social da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A., a sócia Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. não efetuou aportes, sendo assim, teve sua participação diluída para 0,97%.

b) Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2024 a Companhia, firmou contrato de compra e vendas de ações da investida Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. com a Dow Brasil S.A., correspondente a venda de 3% das ações deste investimento. O valor da venda foi de R\$ 21.399 e está reconhecido no ativo circulante e não circulante. Seguem os montantes na data do evento, ocorridos em 31 de janeiro de 2024.

	Atas Juazeiro Comercializadora Alienação de 3% das ações
Receita na venda de participações societária (i)	21.399
Custo da participação nas investidas (ii)	(8.517)
Lucro na venda de participação societária	12.882

- i. Conforme contrato firmado, a venda foi realizada em USD, e está sujeito a variação cambial sobre os saldos a receber.
- ii. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2024 decorrente da alienação societária, estão demonstrados a seguir:

	Saldos a receber decorrente da alienação das ações
Ativo	
Circulante	6.446
Não circulante	14.279
Total dos saldos a receber	20.725

Em dezembro de 2025 a Companhia recebeu da Dow Brasil S.A. o valor de R\$ 5.687 referente à primeira parcela da venda do investimento na Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas da Companhia:

Controladas	País	Participação acionária			
		2025		2024	
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	97%	Direta	97%	Direta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	99,03%	Indireta	100%	Indireta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Atlas Casablanca Holding S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurada ao valor justo por meio do resultado
- Hedge de fluxo de caixa mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras do Grupo foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de uso e arrendamentos - Nota explicativa nº 11** Estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos imobilizado, onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitado ao período de autorização, dos dois o menor;

- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 12 e nº 13:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Intangível - nota explicativa nº 13:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº16:** Refere-se às principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 24** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

A controladas Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. e Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. firmaram PPA em Dólar em ambiente livre de contratação, com intuito de otimizar os gastos dos clientes que têm suas principais fontes em Dólar. Dado ao elemento terceiro vinculado ao PPA, há certa subjetividade sob o enquadramento deste contrato como derivativo embutido, contudo, como os Clientes detêm moeda funcional Dólar, esta operação se enquadra na definição de exceções ao derivativo embutido, e por tanto não há nenhum evento de marcação a mercado sob este contrato.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora e Subholdings

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, após todas adições e exclusões.

Regime de tributação pelo lucro presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. O Grupo apresentou diferenças temporárias, exclusivamente relacionadas a variação cambial do principal referente ao financiamento atrelado a moeda estrangeira.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são

convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, os quais a Administração do Grupo definiu uma vida útil estimada para o conjunto de ativos operacionais que fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos.

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Inclui os direitos de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG. Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – Intangible Assets, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG, o período da vigência deste direito que compreende 35 anos.

h. Contabilidade de Hedge (“*hedge accounting*”)

O Grupo designou instrumento financeiro não derivativo, sendo o principal do contrato de financiamento atrelado a moeda estrangeira, dólar americano (USD), como instrumento de hedge, para proteger suas receitas futuras altamente prováveis, firmadas por meio de Contrato de PPA (*Power Purchase Agreement*), do risco de oscilação de moeda estrangeira, também atrelado ao dólar americano (USD), aplicando a contabilização de hedge (*hedge accounting*).

No início de relacionamento do hedge designado, o Grupo documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração do Grupo monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica AAP (Ajuste de Avaliação Patrimonial), e são limitadas ao índice designado para o item protegido. O Grupo designou a totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de *hedge* acumuladas em AAP, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se, o instrumento de hedge for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

i. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam o Grupo, ao final do prazo contratual, devolva às terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 16.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes emitidas são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado; ou
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado) ou,
- ao VJORA (Valor Justo por meio do Resultado)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(d) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado. No caso do Grupo, os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem às terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,75% a.a.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i. Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, ao Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando ao Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro do Grupo.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para o Grupo a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa do Grupo e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** O Grupo e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido do Grupo, consequentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

O Grupo está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements – PPAs*), a Companhia conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos bancários (a)	239	120	5.656	12.869
Aplicações financeiras curto prazo (b)	43.514	36.445	76.024	63.750
Caixa e equivalentes de caixa	43.753	36.565	81.680	76.619

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação em média de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber de clientes – ACL (a)	45.849	75.885
Contas a receber de clientes – Liquidação MCP (b)	-	676
Outras contas a receber (c)	-	10.500
Constrained-off (d)	705	-
Contas a receber de clientes	46.554	87.061

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme nota explicativa nº 1. O Grupo possui previsão de realizar o saldo em aberto durante o exercício de 2026.
- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação em teste das plantas do complexo de Jacarandá no momento da energização inicial da mesma. A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais.
- (c) Refere-se a saldos a receber decorrente de indenização por desmobilização parcial da planta fotovoltaica da controlada Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. para passagem de linha de Transmissão da Verde Transmissão de Energia S.A., cujo valor foi recebido em 2025. A baixa da parte desmobilizada está demonstrada na nota explicativa nº 13.
- (d) Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresenta saldo decorrente de pleitos de *constrained-off* no montante de R\$ 705. A realização depende de etapas regulatórias (análise, homologação e liquidação) e envolve risco de crédito e incerteza de prazo. A PCE (IFRS 9/CPC 48) é calculada por estágio do pleito e fatores prospectivos.

O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante a título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os seus títulos.

10 Investimento em controladas

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2025
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas Casablanca Holding S.A.	100%	656.592	(28.528)	656.593
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	97%	277.595	1.201	269.268
Total		859.695	(27.327)	925.861

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2024
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas Casablanca Holding S.A.	100%	613.419	26.851	613.419
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	97%	246.276	23.884	246.276
Total		859.695	50.735	859.695

A seguir é demonstrado o resumo das controladas:

31/12/2025	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas Casablanca Holding S.A.	1.309.765	646.839	662.926	(28.520)
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	579.643	302.049	277.594	1.193

31/12/2024	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas Casablanca Holding S.A.	1.409.630	796.209	613.421	26.851
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	606.643	352.752	253.891	24.599

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2024	Aumento de capital em controladas	Distribuição de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial (i)	Venda de investimento	Equivalência patrimonial	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas</i>							
Atlas CasaBlanca Holding S. A.	613.419	21.700	-	50.002	-	(28.528)	656.593
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	246.276	-	(285)	22.076	-	1.201	269.268
Total	859.695	21.700	(285)	72.078	-	(27.327)	925.861

Movimentação dos investimentos	31/12/2023	Aumento de capital em controladas	Distribuição de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial (i)	Venda de investimento	Equivalência patrimonial	31/12/2024
<i>Investimentos em controladas</i>							
Atlas CasaBlanca Holding S. A.	673.476	19.144	-	(106.052)	-	26.851	613.419
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	287.361	-	(5.667)	(50.785)	(8.517)	23.884	246.276
Total	960.837	19.144	(5.667)	(156.837)	(8.517)	50.735	859.695

(i) Conforme nota explicativa nº 17.c

11 Ativo de direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação consolidada do direito de uso está demonstrada abaixo:

	<u>Valor líquido em 31/12/2024</u>	<u>Adição</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2025</u>
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	9.068	-	(324)	8.744
Total do ativo	9.068	-	(324)	8.744
	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2024</u>
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	9.392	-	(324)	9.068
Total do ativo	9.392	-	(324)	9.068

Composição consolidada dos saldos do passivo de arrendamento:

A movimentação consolidada do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrado abaixo:

	2025					
	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento						
Arrendamento – Terreno do Parque Fotovoltaico	9.641	-	(45)	(1.153)	1.153	9.596
Total	9.641	-	(45)	(1.153)	1.153	9.596
	2024					
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento						
Arrendamento – Terreno do Parque Fotovoltaico	9.681	-	(40)	(1.164)	1.164	9.641
Total	9.681	-	(40)	(1.164)	1.164	9.641

Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas do Grupo, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,23% a.a.

12 Imobilizado

	31/12/2023	Adições	Cessão onerosa	Baixas	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Imobilizado em andamento (i)	-	-	-	-	-	5.803	(299)	5.504
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	1.843.366	15.019	(1.833)	(6.098)	1.850.454	3.372	(2.954)	1.850.873
Desmobilização de ativos (ii)	63.232	-	-	(33.231)	30.001	-	-	30.001
Total	1.906.598	15.019	(1.833)	(39.329)	1.880.455	9.175	(3.253)	1.886.378
Depreciação acumulada	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	(55.660)	(59.132)	-	-	(114.792)	(57.761)	-	(172.553)
Desmobilização de ativos (ii)	(6.979)	(4.013)	-	10.992	-	(1.014)	-	(1.014)
Total da depreciação acumulada	(62.639)	(63.145)	-	10.992	(114.792)	(58.775)	-	(173.567)
Total	1.843.959	(48.126)	(1.833)	(28.337)	1.765.663	(49.600)	(3.253)	1.712.811

(i) Referem-se a aquisições de serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica das investidas.

(ii) O Grupo realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecidos. A provisão para desmobilização está demonstrada na nota explicativa nº 16.

Em dezembro de 2021 o Grupo e suas controladas indiretas Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda, Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda., Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda e Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda., concluíram a construção da usina fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre.

Em dezembro de 2022 o Complexo Casa Blanca contemplando as controladas indiretas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A. e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A. concluíram a construção da Usina Fotovoltaica e iniciaram a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2023 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 6.f.

Os ativos detidos pelas controladas indiretas do Grupo compõem as garantias das operações de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 15.b.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados indicadores de possível redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados das investidas, em razão de *curtailment* operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. Em atendimento ao CPC 01, a Companhia realizou o teste de valor em uso com base em projeções de receita baseada na expectativa de geração de energia e de acordo com os contratos de venda de energia de longo prazo, considerando a carga tributária vigente para as investidas e uma taxa de desconto alinhada ao risco do negócio (WACC 8,52%). Os testes não indicaram necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

13 Intangível

	Consolidado	
	2025	2024
Custo		
Rede Básica de Transmissão Pirapora – MG	49.707	51.565
Total	49.707	51.565

Em 2020 o Grupo efetuou a compra das Companhias pertencentes aos projetos Anglo (Lar do Sol IV a VI), uma vez que estes projetos detinham as licenças necessárias para interconexão à Rede Básica do Setor 345 kV da SE Pirapora 2 no estado de Minas Gerais. Em função dessas licenças, o Grupo reconheceu o intangível adquirido no montante de R\$ 55.046. O prazo de amortização do intangível é de 30 anos.

A composição do intangível está demonstrada a seguir:

Projeto	SPE	Início licença	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Casablanca	Lar do Sol IV	01/01/2022	17.808	(619)	17.188	(619)	16.569
Casablanca	Lar do Sol V	01/01/2022	17.808	(620)	17.189	(620)	16.569
Casablanca	Lar do Sol VI	01/01/2022	17.807	(619)	17.188	(619)	16.569
			53.423	(1.858)	51.565	(1.858)	49.707

14 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratação de serviços (a)	-	14	3.248	11.599
Compra de energia	-	-	27.092	47.629
Partes relacionadas (b)	30	30	48	429
Total de fornecedores	30	44	30.388	59.657
Outras contas a pagar (c)	-	-	9.148	8.907
Redução de capital (d)	30.000	30.000	30.000	30.000
Total de outras contas a pagar	30.000	30.000	39.148	38.907
Total de fornecedores e outras contas a pagar	30.030	30.044	69.536	98.564

- a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, principalmente, a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos complexos de Jacarandá e Casablanca.
- b) Refere-se a contas a pagar junto as controladas referente a aquisição de energia para revenda, conforme nota explicativa nº 23.
- c) Refere-se a serviços a faturar de operação e manutenção da planta.
- d) Refere-se a redução de capital a pagar no montante de R\$ 30.000 (conforme descrito na nota explicativa nº 23).

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 24.

15 Financiamentos

	Consolidado	
	2025	2024
Financiamentos bancários com garantia		
Saldo inicial	1.029.312	883.567
Pagamento de principal	(68.102)	(89.302)
Variação cambial (i) (ii)	(111.633)	229.707
Amortização do custo de captação	6.316	6.637
Custo de captação	-	(432)
Juros pagos	(63.551)	(67.704)
Juros incorridos no exercício	63.371	66.839
Saldo final	855.713	1.029.312
Passivo circulante	77.159	89.608
Passivo não circulante	778.554	939.704

- (i) O Grupo aplica instrumento de hedge de fluxo de caixa e reconheceu no patrimônio líquido ganhos líquidos de imposto de renda diferido perdas no montante de R\$35.963 (perdas de R\$108.040 em 2024), conforme nota explicativa nº 17 e nota explicativa nº 24.iv.
- (ii) A taxa de fechamento utilizada para conversão dos financiamentos em dólar foi de R\$ 5,50 (R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024) e em função da depreciação do câmbio em 2025, é apurada a variação cambial negativa em financiamentos. Adicionalmente o Grupo aplica instrumento de hedge de fluxo de caixa para o principal de empréstimos, de modo que a variação cambial do exercício protegida é positiva em R\$ 72.077 (negativa de R\$ 156.832 em 2024), incorrendo em tributos diferidos ativos de R\$ 18.792 (ativos de R\$ 56.400 em 2024), que corresponde a 34% de imposto de renda e contribuição social, líquido decorrente de saldo negativo de R\$ 35.963 (negativo em R\$ 108.040 em 2024), conforme nota explicativa nº 22 e nota explicativa nº 24.

a. Termos e cronograma de amortização dos financiamentos

A controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A, celebrou contratos de abertura de crédito junto a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB – Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de R\$ 256.872, sendo que o recebimento ocorreu por meio de uma liberação de R\$ 230.033 (USD 44.600) remunerados CDI + 2,1% e uma segunda liberação no valor de BR 26.839 remunerados a CDI + 4,78%. Em 2021, o Grupo recebeu uma nova parcela do empréstimo firmado em 2020 no valor de R\$ 84.796 (USD 17.200), remunerados a 4,35% com vencimentos em 15 de julho de 2035. O prazo de financiamento é de 15 anos, com carência de 2 anos para o principal.

A controlada indireta, Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A, celebrou em 2021 contratos de abertura de crédito junto a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB – Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de R\$ 459.713 – USD 76.300 e R\$ 62.328, com vencimentos em 15 de julho de 2033 e 15 de setembro de 2036. O prazo de financiamento é de 15 anos, sendo que a parcela correspondente ao dólar é remunerada a taxa média de 5,10% a.a. e parcela correspondente ao real, são remunerados a taxa CDI + 5,38% a.a.

O detalhamento dos financiamentos firmados, estão demonstrados abaixo:

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos					Consolidado							
Companhia	Tipo	Data da contratação	Vencimento	Moeda do contrato	Encargos financeiros			31/12/2025		31/12/2024		
					Indexador	Juros (%)	Periodicidade da amortização	Principal	Encargos	Custo de captação	Total	Total
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	Financiamento	dez/20	jun/32	BRL 26.840	CDI	4,8000%	Semestral	9.257	24	(837)	8.444	10.091
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	Financiamento	dez/20	jun/35	USD 4.680	SOFR	4,4783%	Semestral	21.299	54	(1.926)	19.428	23.216
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	Financiamento	dez/20	jun/35	USD 15.000	-	3,1800%	Semestral	191.429	489	(17.306)	174.613	208.656
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	Financiamento	jun/21	jun/35	USD 42.120	-	5,1800%	Semestral	65.975	169	(5.964)	60.179	71.912
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.								287.960	736	(26.033)	262.664	313.875
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	Financiamento	mai/21	mar/33	BRL 60.134	CDI	5,3800%	Semestral	29.231	620	(1.793)	28.058	33.848
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	Financiamento	mai/21	mar/36	USD 12.709	SOFR	4,4783%	Semestral	55.425	1.175	(3.400)	53.200	64.179
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	Financiamento	set/21	set/36	USD 113.531	-	6,3265%	Semestral	490.946	10.405	(30.115)	471.236	568.485
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	Financiamento	set/21	set/36	USD 9.860	-	4,0765%	Semestral	42.252	895	(2.592)	40.555	48.925
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.								617.854	13.095	(37.900)	593.049	715.437
Total											855.713	1.029.312

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	Consolidado	
	2025	2024
2026	-	99.970
2027	85.571	99.970
2028	85.571	99.970
2029	85.571	99.970
2030 até 2036	521.831	539.824
	778.554	939.704

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao IDB Invest, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental;
- Comprovar perante o IDB Invest a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- Manter o índice de serviço da dívida histórico, após a Data de Operação Comercial (COD) em, no mínimo 1,00:1,05.
- Manter estrutura de contas controladas junto ao Citibank S.A. e Citibank NY para cumprir as obrigações pecuniárias do projeto, tais como:
 - Custos operacionais
 - Custos de construção
 - Abastecimento de conta reserva de serviço da dívida
 - Serviço da dívida.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de financiamentos são acompanhadas pela Administração do Grupo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não atingiu *covenant* financeiro previsto em contrato de empréstimo. Em conformidade com as obrigações contratuais, o Grupo formalizou o tema junto à instituição financeira e obteve o respectivo *waiver*, e devido a isto a dívida não foi reclassificada para o curto prazo. Ressalta-se que a dívida foi integralmente quitada, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.

b. Garantias prestadas

i. Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

O IDB Invest também acessa garantias reais do projeto, dentre as quais se destacam:

- alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Atlas Casablanca Holding S.A;
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e
- compromisso de aporte de capital nas controladas, pela Atlas Casablanca Holding S.A.

O índice financeiro deve ser apurado pelo Grupo trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de financiamentos são acompanhadas pela Administração do Grupo.

ii. Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.

O IDB Invest também acessa garantias reais do projeto, listadas a seguir:

- alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Atlas Brasil Holding 1 Ltda;
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e
- compromisso de aporte de capital nas controladas, pela Juazeiro Comercializadora.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de financiamentos, são acompanhadas pela Administração do Grupo.

16 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, as Controladas Juazeiro V a VIII e Lar do Sol IV a VI têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas Juazeiro V a VIII realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica contemplando o Complexo Juazeiro no montante de R\$ 36.256. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74% ao ano, conforme estudo realizado.

Em dezembro de 2022, as Companhias Lar do Sol IV a VI realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$26.976. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no

término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74%, conforme estudo realizado.

Em dezembro de 2024, o Grupo realizou a revisão do reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica e reconheceu como provisão para desmobilização o montante de R\$ 30.001. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto média definida em 11,76%.

O valor de desmobilização foi registrado no ativo de imobilizado e está sendo amortizado conforme segue:

Planta	Prazo de amortização	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Juazeiro V	12/2035	7.579	(772)	3.395	(113)	3.282
Juazeiro VI	12/2035	7.579	(772)	3.395	(113)	3.282
Juazeiro VII	12/2035	7.579	(772)	3.395	(113)	3.282
Juazeiro VIII	12/2035	7.578	(772)	1.092	(36)	1.056
Lar do Sol IV	12/2048	8.646	(309)	6.241	(213)	6.028
Lar do Sol V	12/2048	8.646	(309)	6.241	(213)	6.028
Lar do Sol VI	12/2048	8.646	(309)	6.242	(213)	6.029
Total:		56.253	(4.015)	30.001	(1.014)	28.987

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 1º de janeiro	30.001	71.892
Correção monetária da provisão para desmobilização	3.391	5.288
Atualização da provisão para desmobilização (i)	-	(47.179)
Saldo em 31 de dezembro	<u>33.392</u>	<u>30.001</u>

- (i) O Grupo realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecido no passivo.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado do Grupo é de R\$ 1.030.725 (R\$ 989.881 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.381.224 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações do Grupo pertencem ao acionista GIP Helios II S.A., detentor de 100% das ações.

O Grupo realizou as seguintes movimentações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme atos societários a seguir:

- (i) Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de setembro de 2025, com a subscrição e aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 21.700.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital “AFAC” representam valores recebidos pelo Grupo, com a finalidade de serem aplicados em aumentos de capital futuro. Esses adiantamentos são registrados no patrimônio líquido no momento do recebimento e são reconhecidos como capital integralizado quando ocorre o aumento de capital correspondente.

A controladora tem como premissa a integralização dos saldos de AFAC em até 90 (noventa) dias após o aporte de capital. Assim, o registro é feito através de ata registrada na junta comercial e reconhecida pelos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de AFAC foi de R\$ 0 (R\$ 19.144 em 2024).

c. Hedge de fluxo de caixa – Reserva de hedge

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, as variações cambiais, líquidas dos efeitos fiscais, decorrentes do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira designados como hedge de fluxo de caixa. As operações de hedge foram realizadas na controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda. E na controlada direta Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda., que somam em 31 de dezembro de 2025 o saldo acumulado de perdas no montante de R\$ 35.963 (perdas de R\$ 108.040 em 2024), conforme nota explicativa nº 23 c iv. As variações cambiais do instrumento de *hedge* designado, serão reconhecidas no patrimônio líquido até o momento em que o objeto de *hedge*, as receitas altamente prováveis, com a venda de energia sejam reconhecidas.

d. Participação de não controladores

O Grupo reconhece como Participação de não controladores o valor de R\$ 14.654 (R\$ 7.617 em 2024), conforme detalhado abaixo valores por investida:

Composição da participação de não controladores	Part.%	2025		
		Patrimônio líquido das investidas	Prejuízo do exercício	Participação de não controladores
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	3%	662.926	(28.528)	8.322
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	0,97%	654.569	(29.846)	6.332
Total		1.317.495	(58.374)	14.654

Composição da participação de não controladores	Part.%	2024		
		Patrimônio líquido das investidas	Prejuízo do exercício	Participação de não controladores
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	3%	253.891	24.599	7.617
Total		253.891	24.599	7.617

18 Receita operacional líquida

A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita contrato de energia (ACL)	540.225	531.518
Receita de energia certificada	-	172
Venda de energia para partes relacionadas (b)	-	778
<i>Constrained off</i> (c)	705	-
Impostos sobre venda	(54.525)	(54.289)
Total da receita operacional líquida	486.405	478.179

- (a) Refere-se à receita proveniente da comercialização bilateral de energia elétrica gerada pelos Complexos Jacarandá e Casablanca no Ambiente de Contratação Livre (ACL), reconhecida mensalmente com base na quantidade de energia entregue no ponto de medição contratual e pelos preços estabelecidos nos respectivos contratos de fornecimento de longo prazo. Os impactos do *curtailment* sobre a receita estão descritos na nota explicativa nº 1.
- (b) Receita de energia vendida para Companhias do grupo, conforme nota explicativa nº 23.
- (c) Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 e Relatório da administração.

Em 31 de dezembro de 2025 a quantidade comercializada pelo Grupo foi de 1.330 GWh (1.029 GWh em 31 de dezembro de 2024)

19 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos do serviço de energia elétrica				
Depreciação e amortização	-	-	(59.099)	(63.469)
Amortização do intangível	-	-	(1.858)	(1.858)
Operação e manutenção	-	-	(14.856)	(12.518)
Compra de energia para revenda (e)	-	-	(278.544)	(219.693)
Compra de energia para revenda partes relacionadas (d)	-	-	-	(17.824)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (a)	-	-	(35.662)	(36.900)
Custos compartilhados (b)	-	-	(2.299)	(2.211)
Compromissos ambientais e sociais	-	-	(3.086)	(1.626)
Reversão de desmobilização	-	-	-	24.940
Custo para ativos desmobilizados	-	-	-	9.820
Custo de aporte em garantia	-	-	(517)	(3.429)
Custo de locação de terras (c)	-	-	(1.491)	(2.030)
Seguros	-	-	(11.395)	(7.807)
Outras	-	-	(197)	(72)
Total	-	-	(409.004)	(334.677)

- a) Refere-se a custos junto as transmissoras provenientes do uso da rede de transmissão.
- b) Ao longo de 2025 e 2024 o Grupo dispôs de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 23.
- c) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- d) Refere-se a compra de energia de Companhias do Grupo, conforme nota explicativa nº 23.
- e) Refere-se a compra de energia de partes não relacionadas para cumprimento do contrato.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	-	-	-	-
Contabilidade e auditoria	(144)	(126)	(1.009)	(994)
Assessoria e advogados	(5)	(3)	(8.818)	(1.961)
Licenças e despesas regulatórias	-	-	-	(60)
Impostos e taxas	(231)	(147)	(223)	(761)
Serviços técnicos	-	-	(1.031)	(81)
Despesas com viagens	-	-	(353)	(786)
Internet e comunicação	-	-	(285)	(241)
Despesas com consumo do escritório	-	-	-	(14)
Despesas compartilhadas	(341)	(325)	-	-
Outras despesas	-	-	-	(1)
Total	(721)	(601)	(11.719)	(4.899)

20 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas e despesas operacionais				
Receita na venda de participações societária (a)	-	21.399	7.193	21.399
Custo da participação nas investidas (a)	-	(8.517)	(6.367)	(8.517)
Baixa de ativo imobilizado (b)	-	-	(3.253)	(4.817)
Outras receitas operacionais	2	1	61	207
Outras despesas operacionais	-	-	(904)	(74)
Total	2	12.883	(3.270)	8.198

a) Alienação de participações societárias

Refere-se a venda de 1% de participação da investida indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025 no montante líquido de R\$ 825. Alienação de 3% das ações da investida Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A realizadas em 31 de janeiro de 2024, para Dow Brasil S.A., no montante líquido de R\$ 12.282.

b) Prejuízo na venda de imobilizado

Refere-se a venda de imobilizado com prejuízos em decorrência de placas fotovoltaicas danificadas.

21 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.984	3.149	6.122	5.332
Outras receitas financeiras	-	-	64	-
Variação cambial ativa	-	5.216	204	14.222
	4.984	8.365	6.390	19.554
Despesa financeira				
Despesa de juros com financiamentos	-	-	(63.371)	(66.839)
Apropriação dos custos de captação de financiamentos	-	-	(6.316)	(6.637)
Juros outras contas a pagar	-	-	(143)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.153)	(1.164)
Atualização monetária para desmobilização	-	-	(3.391)	(5.287)
Variação cambial passiva (a)	(2.309)	-	(8.796)	(206)
Carta de crédito e despesas bancárias	(27)	(37)	(5.593)	(4.363)
Juros e multas diversos	-	-	(475)	-
Juros partes relacionadas	-	-	(97)	-
	(2.336)	(37)	(89.335)	(84.496)
Resultado financeiro, líquido	2.648	8.328	(82.945)	(64.942)

22 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 o montante consolidado a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$2.219 (R\$2.761 em 31 de dezembro de 2024).

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

Controladora

Correntes

Lucro real	2025	2024
(Prejuízo) Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(25.398)	71.345
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	3.837	-
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	27.327	(50.735)
Outras exclusões	(37)	(70)
Variação cambial	(1.492)	(4.146)

Controladora

Correntes

Lucro real	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ganho de capital não realizado	-	(9.981)
Compensação de prejuízo fiscal	(1.270)	(1.924)
Base de cálculo (Prejuízo fiscal)	<u>2.967</u>	<u>4.489</u>
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social 34%	(984)	(1.502)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	33%	5%

Controladora

Diferidos	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ganho de capital não realizado	9.981	9.981
Adições:		
Compensação de prejuízos fiscais	(2.994)	(2.994)
Base de cálculo	<u>6.987</u>	<u>6.987</u>
Imposto de renda e contribuição social 34%	(2.375)	(2.375)

b. Valores reconhecidos no resultado do exercício – investidas

As investidas direta do Grupo Atlas Casablanca Holding S.A., Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A e a investida indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A são Companhias sob o regime de apuração lucro real. Os resultados antes dos impostos combinados, estão conforme abaixo:

<u>Atlas Casablanca Holding S.A</u>	<u>Controlada direta</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(28.269)	26.851
Adições:		
Resultado de equivalência patrimonial	29.207	(26.872)
Outras adições/exclusões	(19)	(64)
Base de cálculo	<u>919</u>	<u>(85)</u>
Imposto de renda e contribuição social	260	-
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	34%	-

Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia S.A

	Controlada indireta	
	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(29.487)	30.314
Adições (exclusões):		
Variação cambial	-	(2.670)
Mais valia	-	1.858
Outras provisões não dedutíveis temporariamente	-	(1.055)
Resultado de equivalência patrimonial	22.127	(13.886)
Resultado fiscal ajustado – após ajustes das adições e exclusões	(7.360)	14.561
Compensação de prejuízos fiscais	-	(4.368)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(7.360)	10.193
Imposto de renda e contribuição social 34%	-	(3.442)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	34%	24,8%

Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A

	Controlada direta	
	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	1.238	26.092
Adições / (exclusões):		
Variação cambial	(1.408)	(6.587)
Outras provisões não dedutíveis temporariamente	3.698	8
Resultado de equivalência patrimonial	(9.527)	(13.138)
Compensação de prejuízo fiscal	-	(1.912)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(5.999)	4.462
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.493)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	-	6%

Lucro presumido

As investidas indiretas do Grupo, conforme nota explicativa nº 2, apuraram em 2025 e 2024 imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido.

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta (a)	135.179	138.234
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	10.814	11.059
Presunção da contribuição social – 12% (c)	16.221	16.588
Demais receitas – (d)	-	1.939
Base de cálculo do IRPJ (a) + (c)	10.814	12.998
Imposto de renda a alíquota de 15%	1.622	(1.950)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	3.014	(1.247)
Total IRPJ	4.637	(3.197)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	16.221	18.527
Contribuição social a alíquota de 9%	1.460	(1.667)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	6.097	(4.864)
Alíquota efetiva (*)	4,5%	3%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

A tributação aplicada no consolidado refere-se ao regime optado pelas investidas, de lucro presumido, portanto, tendo sua despesa de imposto de renda e contribuição social calculados sobre suas receitas operacionais e financeiras.

O valor total de despesas de imposto de renda e contribuição combinadas do Grupo e das investidas diretas e indiretas é de R\$ 6.097 (R\$ 11.301 em 31 de dezembro de 2024).

c. Valores reconhecidos no patrimônio líquido – Impostos diferido decorrente de reserva de *hedge*

	Consolidado	
	2025	2024
Reserva de <i>Hedge</i> – Instrumentos financeiros - Casablanca Comercializadora	13.263	(109.268)
Reserva de <i>Hedge</i> – Instrumentos financeiros - Juazeiro Comercializadora	42.008	(56.615)
	55.271	(165.883)
Base de cálculo		
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferida	18.792	56.400

d. Valores não reconhecidos no resultado do exercício – Impostos diferido decorrente de prejuízo fiscal acumulado

	Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial	(31.830)	(33.754)
Compensação (Prejuízo fiscal) do exercício	1.274	1.924
Saldo final	(30.556)	(31.830)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social diferidos	-	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	-	(10.822)

O Grupo em 31 de dezembro de 2025 possui um saldo de R\$ 30.556 relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$ 31.830 em 31 de dezembro de 2024). O Grupo não tem expectativa de geração de lucro tributável, conseqüentemente não reconhece ativo fiscal diferido.

23 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é o GIP Helios II S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

Controladora	Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2025	2024	2025	2024
<u>Operações intercompany – Nacional</u>				
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A	30	30	(341)	(325)
GIP Helios II S.A.	30.000	30.000	-	-
Total	30.030	30.030	(341)	(325)
Controladora	Contas a Pagar		Contas a pagar	
	2025	2024	2025	2024
<u>Dividendos</u>				
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	7.024	6.739	-	-
Dow Brasil S.A	-	-	184	175
Total	7.024	6.739	184	175
Consolidado	Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2025	2024	2025	2024
<u>Operações intercompany – Nacional</u>				
GIP Helios II S.A.	30.000	30.000	-	-
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A	48	429	(2.299)	(19.257)
Operação Intercompany	30.048	30.429	(2.299)	(19.257)

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta a classificação contábil dos ativos e passivos financeiros classificados como VJR (valor justo por meio do resultado) e custo amortizado, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	2025 - Valor contábil (controladora)		2025 - Valor contábil (consolidado)	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	43.514	239	76.024	5.656
Contas a receber	9	-	-	-	46.554
Contas a receber venda de participações societárias	1.3	-	12.727	-	12.727
Dividendos a receber	23	-	7.024	-	-
Total		43.514	19.990	76.024	64.937
Passivos					
Fornecedores	14	-	30	-	30.388
Financiamentos	15	-	-	-	855.713
Passivo de arrendamentos	11	-	-	-	9.596
Outras contas a pagar	14	-	30.000	-	39.146
Total		-	30.030	-	934.843
	Nota	2024 - Valor contábil (controladora)		2024 - Valor contábil (consolidado)	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	36.445	120	63.750	12.869
Contas a receber	9	-	-	-	87.061
Contas a receber venda de participações societárias	1.3	-	20.725	-	20.725
Dividendos a receber	23	-	6.739	-	-
Outras contas a receber		-	-	-	1.003
Total		36.445	27.584	63.750	121.658
Passivos					
Fornecedores	14	-	44	-	59.657
Financiamentos	15	-	-	-	1.029.312
Passivo de arrendamentos	11	-	-	-	9.641
Outras contas a pagar	14	-	30.000	-	38.905
Total		-	30.044	-	1.137.515

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

		2025				
	Nota	Nível	Controladora		Consolidado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8	Nível 1	43.753	43.753	81.680	81.680
Contas a receber	9	Nível 2	-	-	46.554	46.554
Contas a receber – venda de participações societárias	1.3	Nível 2	12.727	12.727	12.727	12.727
Dividendos a receber	23	Nível 2	7.024	7.024	-	-
Total			63.504	63.504	140.961	140.961
Passivos						
Fornecedores	14	Nível 2	30	30	30.388	30.388
Financiamentos	15	Nível 2	-	-	855.713	855.713
Arrendamentos	11	Nível 2	-	-	9.596	9.596
Outras contas a pagar	14	Nível 2	30.000	30.000	39.146	39.146
Total			30.030	30.030	934.843	934.843
		2024				
	Nota	Nível	Controladora		Consolidado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8	Nível 1	36.565	36.565	76.619	76.619
Contas a receber	9	Nível 2	-	-	87.061	87.061
Contas a receber – venda de participações societárias	1.3	Nível 2	6.739	6.739	-	-
Dividendos a receber	23	Nível 2	20.725	20.725	20.725	20.725
Outras contas a receber		Nível 2	-	-	1.003	1.003
Total			64.029	64.029	185.408	185.408
Passivos						
Fornecedores	14	Nível 2	44	44	59.657	59.657
Financiamentos	15	Nível 2	-	-	1.029.312	1.029.312
Arrendamentos	11	Nível 2	-	-	9.641	9.641
Outras contas a pagar	14	Nível 2	30.000	30.000	38.608	38.608
Total			30.044	30.044	1.137.218	1.137.218

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

<u>Tipo</u>	<u>Técnica de avaliação</u>	<u>Inputs significativos não observáveis</u>
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando as taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas	Aplicável
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não Aplicável

c) **Gerenciamento de risco financeiro**

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposta para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de do Grupo incorrer em perdas financeiras, caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	43.753	36.565	81.680	76.619
Contas a receber	-	-	46.554	87.061
Contas a receber – vendas de participações societárias	12.727	20.725	12.727	20.725
Dividendos a receber	7.024	6.739	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	1.003
Total	63.504	64.024	140.961	185.408

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, o Grupo centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. O Grupo prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

A exposição máxima ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como custo amortizado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 76.024 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 63.750 em 31 de dezembro de 2024).

Garantias

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a suas controladas.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025

		Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	6 – 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	30	30	30	-	-	
Outras contas a pagar	30.000	30.000	30.000	-	-	
	30.030	30.030	30.030	-	-	

31 de dezembro de 2024

		Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	6 – 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	44	44	44	-	-	
Outras contas a pagar	30.000	30.000	30.000	-	-	
	30.044	30.044	30.044	-	-	

31 de dezembro de 2025

		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Financiamentos	855.713	1.288.736	161.583	384.124	592.538	150.491
Fornecedores	30.388	30.388	30.388	-	-	-
Passivo de arrendamentos	9.596	10.777	399	1.596	1.996	6.786
Outras contas a pagar	39.146	39.146	39.146	-	-	-
	934.843	1.369.047	231.516	385.720	594.543	157.277

31 de dezembro de 2024

		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Financiamentos	1.029.312	1.211.154	158.857	388.226	663.071	-
Fornecedores	59.657	59.657	59.657	-	-	-
Passivo de arrendamentos	9.641	59.775	2.355	7.029	15.036	35.355
Outras contas a pagar	38.905	38.905	38.905	-	-	-
	1.137.515	1.369.491	259.774	395.255	678.107	35.355

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

Hedge de fluxo de caixa envolvendo as receitas futuras altamente prováveis do Grupo.

Os valores de referência, dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2025, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa US\$ 1,00 / R\$ 5,50, são apresentados a seguir:

<u>Instrumento de hedge</u>	<u>Objeto de hedge</u>	<u>Tipo de risco protegido</u>	<u>Período de Proteção</u>	<u>Em USD</u>	<u>Em BRL</u>
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos – Financiamento em (USD)	Variações cambiais de parte das Receitas operacionais mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot BRL x USD	Set/2022 à Nov/2036	175.473	1.026.492

Movimentação do valor de referência (principal)

	<u>Em USD</u>	<u>Em BRL</u>
Total do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2023	183.488	888.323
Designação durante o exercício	(14.866)	(78.784)
Variação cambial	-	234.617
Total do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2024	168.622	1.044.156
Designação durante o exercício	(11.758)	(99.582)
Variação cambial	-	(101.013)
Total do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2024	156.864	843.561

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve valor de inefetividade reconhecido no resultado do exercício.

As receitas futuras altamente prováveis, oriundas dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*), atrelados ao dólar americano (USD), designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 37% das receitas futuras altamente prováveis, dos mesmos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*), atrelados ao dólar americano (USD).

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2025, a ser realizada pelas futuras receitas realizadas dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*).

	Variação cambial	Efeito tributário (34%)	Total
Total em 31 de dezembro de 2023	73.928	(25.136)	48.792
Hedge Comercializadora Casablanca	(160.683)	54.632	(106.051)
Hedge Comercializadora Juazeiro	(78.129)	26.904	(52.225)
Total em 31 de dezembro de 2024	(164.884)	56.400	(109.484)
Hedge Comercializadora Casablanca	76.513	(26.014)	50.499
Hedge Comercializadora Juazeiro	35.577	(12.096)	23.481
Total em 31 de dezembro de 2025	276.974	18.290	35.504

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre o real, (BRL) sua moeda funcional e o dólar americano (USD). A exposição decorre do contrato de financiamento atrelado ao dólar americano e dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir está apresentado o instrumento financeiro do Grupo que está exposto à moeda estrangeira, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de câmbio até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pelo Grupo, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas	Taxa em 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de cambio USD (a)	5,22	5,50	5,50	6,87	8,25
(a) Dólares americanos – USD					

		31/12/2025	Sensibilidade			
			Exposição	Provável	$\Delta + 25\%$	$\Delta + 50\%$
Risco de itens off-balance (*)	Moeda / Risco					
Contratos de (PPA)	USD	156.864	862.752	1.077.656	1.294.128	
Risco de aumento (passivo)	Moeda / Risco					
Financiamentos (**)	USD	156.864	(62.752)	(1.077.656)	(1.294.128)	
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa Contratos (PPA)	Moeda / Risco					
	USD	156.864	862.752	1.077.656	1.294.128	

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Companhia é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, O Grupo possui financiamentos em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros do Grupo que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2025	Cenário	Sensibilidade		
		Provável			
		31/12/2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%

Controladora		Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade			
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	43.514	48.844	6.663	7.996	(6.663)	(7.996)

Consolidado		Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade			
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	76.024	52.827	11.641	13.969	(11.641)	(13.969)

Consolidado		Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade			
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%
Risco de redução (ativo)							
Financiamentos	CDI	593.049	665.698	90.811	108.973	(90.811)	(108.973)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Boletim Focus

25 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa do Grupo, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

- (a) As controladas da Companhia Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. (investida direta) possuem uma arbitragem com probabilidade de perda possível, onde se discute um valor total em disputa de aproximadamente R\$ 35.733 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) As controladas da Companhia Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. (investida direta) figuram como autuadas em um auto de infração lavrado pela ANEEL no valor total de R\$ 1.015, com probabilidade de perda possível, por conta de descumprimentos técnicos. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Agência (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

- (c) As controladas da Companhia Atlas Casablanca Holding S.A. possuem uma multa imposta por Auto de Infração lavrado pela Receita Federal por suposta ausência de recolhimento de IOF, no valor de R\$ 11.866, com probabilidade de perda possível. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Receita Federal (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).
- (d) As controladas da Companhia Atlas Casablanca Holding Ltda figuram como autuadas em um auto de infração lavrado pela ANEEL no valor total de R\$ 1.976, com probabilidade de perda possível, por conta de descumprimentos técnicos. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Agência (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

O Grupo não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda provável em 31 de dezembro de 2025.

26 Informações complementares aos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora	
		2025	2024
Hedge de fluxo de caixa - investimentos	10	72.077	156.832
Hedge de fluxo de caixa – patrimônio líquido	17	(72.077)	(156.832)
		Consolidado	
	Nota	2025	2024
Tributos diferidos	22	(40.013)	(81.535)
Efeito do hedge sobre variação cambial	24	112.090	238.367
Ajustes de avaliação patrimonial	17.b	(72.077)	(156.832)
Fornecedores	14	-	-
Aquisição ao imobilizado	12	-	-

27 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos do Grupo para os anos subsequentes.

	Consolidado					Total
	2026	2027	2028	2029	Acima 2030	
TUST/TUSD (a)	29.160	30.451	31.627	32.711	1.424.262	1.548.211
Seguros e garantias (b)	1.785	1.746	1.815	1.875	75.026	82.247
Compra de Energia (c)	1.138	328	682	626	4.923	7.697
Contratos de (O&M) (d)	8.640	8.797	7.504	7.758	296.711	329.410
Arrendamento (e)	4.080	4.328	4.287	4.404	205.571	222.670
Outros (f)	7.908	7.043	6.618	6.899	262.967	291.435
Total	52.711	52.693	52.533	54.273	2.269.460	2.481.670

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguarção das plantas fotovoltaicas.

c) Compra de Energia

O Grupo possui contratos de fornecimento de energia registrados na CCEE ao qual realizará compras para manutenção de tais contratos.

d) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

e) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios de contabilização conforme prevê o IFRS 16.

f) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

28 Eventos subsequentes

1. Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

Reestruturação de dívida

Em linha com a estratégia de alongamento do perfil da dívida, redução do custo financeiro e otimização da estrutura de capital das entidades Atlas, em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia realizou a quitação integral de sua dívida junto ao Inter-American Investment Corporation (IDB Invest), conforme processo iniciado em meados de dezembro de 2025 e formalizado em *Payoff Letter* datada de 12 de fevereiro de 2026. O valor total pago no momento da quitação foi de R\$ 621.364 (equivalente a US\$ 118.875, à taxa de câmbio BRL 5,227).

Para viabilizar a quitação, a Companhia contratou duas novas dívidas no total de R\$ 639.795 (equivalente a US\$ 123.095):

- i. Em 19 de fevereiro de 2026, a Companhia firmou um contrato de Mútuo junto à sua controladora Atlas Casablanca Holding S.A., no valor de US\$ 96.734.000 (equivalente a R\$ 502.483.002,28, à taxa de câmbio BRL 5,195/USD), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração nos mesmos parâmetros da dívida captada pela Atlas Casablanca Holding S.A. de 25% ao ano; e
- ii. Em 15 de fevereiro de 2026, firmou Empréstimo junto ao GIP Helios Aggregator, L.P. (Luxemburgo), entidade sob controle comum do GIP, no valor de US\$ 26.370 (equivalente a R\$ 137.312, à taxa de câmbio BRL 5,207/USD), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração de juros de SOFR diário composto acrescido de 6,90% ao ano, com pagamentos trimestrais de juros.

Os recursos foram recebidos em 20 de fevereiro de 2026 e utilizados integralmente para a liquidação da dívida anterior, resultando no encerramento das obrigações e garantias vinculadas ao contrato com o IDB Invest.

O relacionamento de *hedge accounting* de fluxo de caixa, anteriormente designado entre receitas futuras em dólar e a dívida em dólar junto ao IDB, foi encerrado em função da quitação antecipada da referida dívida. Na mesma data, a Companhia realizou nova designação formal de *hedge accounting*, vinculando a nova estrutura de dívida em dólar à proteção dos fluxos de caixa futuros em moeda estrangeira, de modo a manter a estratégia de mitigação dos efeitos da variação cambial sobre os resultados.

Não houve alteração na titularidade dos ativos, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

2. Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.

Reestruturação de dívida

Em linha com a estratégia de alongamento do perfil da dívida, redução do custo financeiro e otimização da estrutura de capital das entidades Atlas, em 20 de fevereiro de 2026 a Companhia realizou a quitação integral de sua dívida junto ao Inter-American Investment Corporation (IDB Invest), conforme formalizado em *Payoff Letter* datada de 12 de fevereiro de 2026. O valor total pago foi de R\$ 281.314 (equivalente a US\$ 53.810, à taxa de câmbio BRL 5,227).

Para viabilizar a quitação, a Companhia contratou duas novas dívidas no total de R\$ 285.841 (equivalente a US\$ 54.995):

- i. Em 19 de fevereiro de 2026, a Companhia firmou um contrato de Mútuo junto à sua controladora Atlas Casablanca Holding S.A., no valor de US\$ 43.308 (equivalente a R\$ 224.996, à taxa de câmbio BRL 5,195), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração nos mesmos parâmetros da dívida captada pela Atlas Casablanca Holding S.A. de 25% ao ano; e

- ii. Em 15 de fevereiro de 2026, firmou Empréstimo junto ao GIP Helios Aggregator, L.P. (Luxemburgo), entidade sob controle comum do GIP, no valor de US\$ 11.685 (equivalente a R\$ 60.845, à taxa de câmbio BRL 5,207/USD), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração de juros de SOFR diário composto acrescido de 6,90% ao ano, com pagamentos trimestrais de juros.

Os recursos foram recebidos em 20 de fevereiro de 2026 e utilizados integralmente para a liquidação da dívida anterior, resultando no encerramento das obrigações e garantias vinculadas ao contrato com o IDB Invest.

O relacionamento de *hedge accounting* de fluxo de caixa, anteriormente designado entre receitas futuras em dólar e a dívida em dólar junto ao IDB, foi encerrado em função da quitação antecipada da referida dívida. Na mesma data, a Companhia realizou nova designação formal de *hedge accounting*, vinculando a nova estrutura de dívida em dólar à proteção dos fluxos de caixa futuros em moeda estrangeira, de modo a manter a estratégia de mitigação dos efeitos da variação cambial sobre os resultados.

Não houve alteração na titularidade dos ativos, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

3. Atlas Casablanca Holding S.A.

Aumento de Capital mediante Aporte de Investimento em Juazeiro Comercializadora

Em 31 de janeiro de 2026, conforme deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Controladora Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. realizou um aumento de capital mediante aporte 269.265.955 ações ON correspondendo à 98% das ações da Companhia Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., no valor de R\$ 269.265.955,18. Com essa operação, a Atlas Casablanca Holding S.A. passou a deter o controle majoritário de 97% da Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., anteriormente detida pela Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. Esta operação está alinhada à estratégia de reorganização societária do grupo, visando maior eficiência na gestão e estruturação financeira das controladas. Não houve alteração na titularidade dos ativos operacionais, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

Captção de Recursos junto ao GIP Helios Aggregator, L.P.

Em 15 de fevereiro de 2026, após a data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia celebrou contrato de financiamento externo com o GIP Helios Aggregator, L.P., entidade sediada em Luxemburgo e sob controle comum do GIP, no valor de US\$ 140,042,000.00 (equivalente a R\$ 728.978.690,00, à taxa de câmbio BRL 5,207/USD). O contrato de mútuo possui vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração de juros de SOFR diário composto acrescido de 6,90% ao ano, com pagamentos trimestrais de juros. A dívida pode ser convertida em ações representando até 99% do capital social da Atlas Casablanca Holding S.A.

Os recursos foram recebidos em 20 de fevereiro de 2026 e destinam-se ao alongamento do perfil da dívida e à otimização da estrutura de capital das controladas.

As condições do novo financiamento estão alinhadas à estratégia de alongamento do perfil da dívida, redução do custo financeiro e otimização da estrutura de capital das SPEs. Não houve alteração na titularidade dos ativos, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *